

**ASCENSÃO E QUEDA DO IMPÉRIO
SOVIÉTICO NA ÁFRICA: 1950-1991**

Moisés Wagner Franciscon

Mestrando em História pela Universidade Estadual de Maringá
E-mail: mw.franciscon@hotmail.com

Recebido em: 02 ago 2012
Aceito em: 18 out. 2012

RESUMO

Várias novas nações africanas (como todas as ex-colônias portuguesas) tornaram-se durante algum tempo, notadamente entre as décadas de 60 e 90, países socialistas ou de orientação socialista. Foram vários os fatores que contribuíram para que uma significativa área anteriormente controlada por potências ocidentais migrassem para a esfera soviética. Os mais importantes foram os benefícios mútuos que soviéticos e as novas lideranças africanas percebiam em uma aproximação econômica e política. A presença soviética se encerrou quando esses mesmos interesses deixaram de convergir. O presente trabalho procura analisar essa presença contrapondo especialistas com visões fortemente divergentes, em especial Hobsbawm e Brzezinski.

Palavras-chave: Geopolítica, África, União Soviética.

ABSTRACT

Several new African nations (how all former Portuguese colonies) became for some time, notably between the 60's and 90's, socialist countries and countries of socialist orientation. There were several factors that contributed to a significant area previously controlled by Western powers to migrate to the Soviet sphere. The most important were the mutual benefits that Soviet and the new African leadership perceived in a approach in economic and political. The Soviet presence ended when those interests no longer converge. This paper seeks to analyze this presence opposing experts with strongly divergent views, especially Hobsbawm and Brzezinski.

Keywords: Geopolitics, Africa, Soviet Union.

RIASSUNTO

Diverse nuove nazioni africane (come tutte le ex colonie portoghesi) è diventato per qualche tempo, in particolare tra il 60 e 90, o dei paesi socialisti di orientamento socialista. Ci sono stati diversi fattori che hanno contribuito a una significativa area precedentemente controllata dalle potenze occidentali per migrare verso la sfera sovietica. Le più importanti sono stati i vantaggi reciproci che Sovietica e la nuova leadership africana percepito in una più stretta politica ed economica. La presenza sovietica finì quando tali interessi non convergono. Questo articolo cerca di analizzare questi esperti presenti opposte con vista fortemente divergenti, in particolare Hobsbawm e Brzezinski.

Parole-chiave: geopolitica, Africa, Unione Sovietica.

1 INTRODUÇÃO

A África durante muito tempo pareceu aos soviéticos como um continente promissor para o estabelecimento de relações diplomáticas e econômicas que pudessem romper o isolamento marítimo que era imposto pelas potências ocidentais. Ocasionalmente, algumas nações africanas poderiam oferecer bases militares que possibilitassem a projeção de seu poder bélico. Também era parte de um jogo de xadrez geopolítico, em que uma área perdida fazia falta ao adversário. Em um continente rico em minerais raros, a própria presença soviética assinalava a perda de influência ocidental em um continente em que até então desfrutava de uma completa subordinação direta ou indireta.

O processo de descolonização aumentava as chances de sucesso soviético na luta por influência internacional (BIALER; MANDELBAUM, 1989, p. 131). A todo instante novas nações emancipadas surgiam, com regimes novos, que precisavam estabelecer redes de contatos comerciais e alianças, implantar projetos para o desenvolvimento, buscar apoio financeiro e tecnológico, e que compartilhavam de um clima geral de ressentimento com as ex-metrópoles e almejavam um caminho autóctone ou independente que as levasse para a modernidade, e não a importação de modelos ocidentais. Os anos de colonização, as guerras mundiais e os novos modelos de desenvolvimento que estavam sendo adotados pelas ex-colônias da África e Ásia contribuíram para gerar um clima de desconfiança para com os regimes do Ocidente (HOBSBAWM, 1995, p. 214).

Mais do que a “mão de Moscou”, a inclinação do Terceiro Mundo, e da África em particular, para a revolução social ou o alinhamento com a URSS foi motivada porque o modelo de desenvolvimento pregado pelas ex-metrópoles não era visto como adequado ou interessante para solucionar os problemas das jovens nações. Muitos dos grupos que capitanearam o processo de independência e se viram no poder após seu trâmite, sabiam que a independência política necessitava igualmente da independência econômica. Um modelo de desenvolvimento voltado para o livre mercado e a iniciativa privada, em países com população largamente analfabeta, rural e que até então era formada por trabalhadores arregimentados pelas companhias metropolitanas, estaria condenado a um ritmo quase geológico, pela inexistência dos instrumentos e condições básicas para a diversificação econômica e a industrialização (e, na melhor das hipóteses, os grupos que habitavam as novas fronteiras nacionais constituíam-se de imigrantes, europeus, indianos ou chineses, e não africanos). O que selou de vez a decisão pela recusa dos padrões ocidentais foi a existência de modelos alternativos (BIALER; MANDELBAUM, 1989, p. 132). O desenvolvimentismo econômico era um fato. O comando econômico pelo Estado havia se demonstrado um sucesso, fosse nas condições da depressão econômica ou das necessidades da guerra. Os políticos mais conservadores tiveram que se curvar ao planejamento (HOBSBAWM, 1995, p. 101), e a possibilidade de condenar a tomada desse caminho pelas novas nações era mínima.

Havia uma profunda desmoralização dos impérios coloniais e a percepção de que o caminho para a futura equiparação econômica com as ex-metrópoles jamais passaria por um longo e vagaroso processo de livre empresa. Este apenas manteria e consolidaria o fosso econômico entre ex-metrópoles e ex-colônias, preservando a subordinação econômica e a interferência política possibilitada por esta. Para superar esses problemas, os países recém-emancipados voltaram-se para as experiências de sucesso de seu tempo, às nações que conseguiram obter a soberania político-econômica por um processo de queima de fases no desenvolvimento industrial e agrícola. Um modelo igualmente direcionado para a modernização, mas por outros meios que não dependessem da poupança interna ou de sua vocação natural consagrada pela divisão internacional do trabalho. A União Soviética era um exemplo perfeito para estes países.

Pobre, atrasada, devastada pela guerra civil e, menos de 20 anos depois, pela Segunda Guerra, ainda teve energias para derrotar o grosso do esforço de guerra da potência nazista – e nessa percepção pouca importância possuíam os motores e combustível americanos do programa de lend-lease. Após uma destruição sem precedentes, o país havia se reconstruído mais rápido do que qualquer analista ocidental poderia prever. Era o exemplo vivo de que a queima de fases no desenvolvimento era possível. Havia deixado o feudalismo para trás para ocupar o posto de superpotência ao lado dos Estados Unidos em um período de pouco mais de trinta anos. A manutenção desse ritmo de crescimento até o início dos anos 70 tornava as previsões do premiê Krushev, de que a riqueza produzida pelos países comunistas superasse a dos países capitalistas até os anos 80, bem mais presumíveis do que se apresentavam nos anos 80. Na época de Krushev, mesmo os líderes ocidentais viam esse cenário como possível (HOBBSAWM, 1995, p. 78). O modelo soviético prometia e parecia oferecer concretamente às novas nações africanas a capacidade de se tornarem tão soberanas quanto a própria URSS dentro de um espaço de tempo relativamente curto.

2 A MÃO DE MOSCOU

Não era aparentemente um modelo de desenvolvimento arriscado, ou um caso específico russo. Constituíam-se em um modelo a ser importado, como o da república americana ou francesa o foi pelas novas nações latino-americanas no século XIX. A prova de fogo de seu sucesso em outras realidades que não a do antigo império russo se deu no pós-guerra imediato e em sua incorporação pelo Leste Europeu, China e Coreia do Norte. A expansão do modelo político-econômico soviético por outros países além daqueles que já o haviam adotado nos primeiros anos da Revolução de Outubro (URSS e Mongólia), permitiu ainda a adaptação dos instrumentos para a chegada ao poder dos grupos que desejavam implementar o mesmo padrão de regime. Uma ditadura do proletariado criada pelos revoltosos operários urbanos de posse da capital era um quadro impossível de se repetir em países de população majoritariamente agrária e sem qualquer proletariado industrial vivendo em cidades. A Revolução Chinesa, seguida pela Revolução Cubana e as ações do Vietminh, mostrou aos africanos que a revolução também poderia prosperar em ambientes antes considerados o oposto do propício para a sua eclosão e vitória. Ao invés da revolta armada urbana e do golpe de Estado, uma longa guerra de guerrilhas desgastando as forças e a vontade de combater do inimigo, conquistando território rural e apoio camponês até o momento em que os revolucionários fossem suficientemente poderosos para sair do campo para a cidade. Utilizando a luta de escaramuças e emboscadas, ou o rompimento das linhas logísticas do adversário (KEEGAN, 2006, p. 81-82) e não ações decisivas. Invés de uma tropa formada pelo operário calejado na organização política e na atividade sindical, o camponês oprimido ou até mesmo bandoleiros compunham a guerrilha.

Um dos fatores mais decisivos e provavelmente menos reconhecidos para a adesão de vários países africanos à órbita soviética foi o próprio impulso para a revolta social criado pelo Ocidente. A crise econômica dos anos 70 e 80 não encerrou apenas a Era de Ouro de prosperidade ocidental, mas também seus desdobramentos nos mercados que forneciam matéria-prima e clientes financeiros ao Ocidente e que partilhavam de sua riqueza. Sem divisas, exportações e com dívidas enormes contraídas no tempo de bonança e com a oferta de petrodólares vencendo, os regimes e as sociedades ainda fluídos sob as novas condições de independência política, vieram a baixo. A alternativa capitalista e liberal parecia mais distante e irrealista do que nunca. Como Hobsbawm aponta, foi juntamente com a crise econômica que a nova onda de revoluções pelo Terceiro Mundo eclodiu (HOBBSAWM, 1995, p. 242). Entretanto, as

nações ocidentais preferiram ver esse movimento revolucionário como parte da atuação da “mão de Moscou”, especialmente atuante após a provocação da invasão do Afeganistão em 1979.

Tal mão operaria quase invisível e silenciosamente por todo o Terceiro Mundo, cooptando e sustentando grupos políticos simpáticos à causa comunista e à aproximação com o Kremlin, infiltrando agentes comunistas nos governos e instituições até que o aparelho de poder caísse em suas mãos, ou financiando e armando líderes revolucionários, ou qualquer tipo de rebelde e agitador ansioso pelo poder a ponto de ceder posteriormente aos interesses de Moscou (BIALER; MANDELBAUM, 1989, p. 133). Se Mengistu era claramente um líder comunista, Muammar Kadaffi era classificado como líder tribal ou “cachorro louco”, e Nasser, apesar da aproximação com os soviéticos, não teria deixado de ser um líder demagógico e nacionalista árabe. Todos estes líderes, entretanto, estariam orbitando a URSS e afastando seus respectivos países, anteriormente sob controle ocidental, mesmo que fugazmente, como a Etiópia, das potências capitalistas.

Essa percepção não deixa de ter bases reais na seguinte circunstância: os grupos revolucionários realmente acreditavam que o afastamento do Ocidente e a aproximação com a URSS trariam benefícios, como trocas econômicas mais justas – a exemplo do açúcar cubano – e financiamento e ajuda técnica a baixos custos – como a construção da hidroelétrica de Assuã, no governo de Nasser, com recursos e especialistas soviéticos. A expectativa de ajuda era aguda e muitas vezes não se realizou, não se realizou na medida esperada ou em qualquer medida que pudesse provocar a revolução socioeconômica esperada. A ajuda militar soviética ou cubana para os grupos revolucionários não pode ser negada. Apesar de não os ter criado, a esperança muitas vezes atendida de entrega de material bélico era um incentivo à sua eclosão ou avanço. Sem a ajuda cubano-soviética muitos desses grupos jamais teriam chegado ao poder. É custoso acreditar que sem tanques e artilharia o MPLA pudesse manter o controle de Luanda e declarar a independência de Angola antes dos grupos rivais: a FNLA apoiada pelo antigo Zaire e a Europa Ocidental e a UNITA, pela África do Sul e Estados Unidos. Sem apoio soviético, dificilmente o coronel Mengistu teria derrubado o imperador Haile Selassie, e a revolução social teria chegado por outros meios. Entretanto, em outros cenários, como o argelino, pouca ou nenhuma relação teve com a vitória de Ben Bella como líder da Argélia independente. Sua ligação eram prioritariamente com uma ampla frente de países socialistas, estabelecendo relações tanto com a URSS quanto a China, em um momento em que ambas já haviam entrado em cisma. O apoio para o movimento de independência veio dos nacionalistas árabes, no Egito de Nasser e na Tunísia.

3 UMA EXPANSÃO NÃO PROGRAMADA

Para Hobsbawm, a expansão da área de influência soviética foi em grande medida não intencional e não planejada (HOBSBAWM, 1995, p. 243). O comércio com o Terceiro Mundo poderia ter prosperado sem que estes países entrassem em sua órbita. O regime soviético estaria mais empenhado em seus próprios problemas ou sorvido no torpor de seu relativo sucesso nos anos Brejnev do que em buscar novos aliados distantes e fracos, que possivelmente trariam mais problemas do que soluções. No caso da expansão do campo socialista na África, novamente, era o caráter de ações não planejadas que se impunha. Os movimentos de insurreição na África eram apoiados diretamente por Havana, mas não por Moscou.

Como Hobsbawm aponta, a expansão do socialismo não era uma prioridade ou uma meta para o Politburo. Mas deve-se ter em conta que tampouco foi repudiado. A criação e orientação do Departamento Internacional, sob a direção de Ponomarev e

Suslov, como órgão distinto do Ministério dos Negócios Estrangeiros¹, tinha como meta a supremacia moral da União Soviética na luta anti-imperialista global, as boas relações com os países em desenvolvimento e com aqueles que acabavam de emergir do regime colonial, como forma de fugir ao isolamento internacional. Quando ocorriam conflitos entre os antigos impérios europeus e os EUA e as novas nações ou movimentos de libertação, também era meta tornar a atuação dessas potências no maior atoleiro possível. Tal posição levou ao fomento da luta anticolonialista, mas não a criou. Guerrilhas e movimentos socialistas fortes o suficiente para produzir preocupações sobre a capacidade de repressão colonial eram algo comum ao noticiário do Terceiro Mundo desde os anos 50, mas o fator crucial para o aumento das tensões no fim da década de 1970 (que culminariam com a Segunda Guerra Fria e com alguns dos combates mais sangrentos nos conflitos regionais africanos), era que seu sucesso na tomada do poder não era mais uma exceção (HOBBSAWM, 1995, p. 425). A revolução social caminhava sobre a trilha de desgaste econômico e a Moscou restava uma leva de países com novos regimes pedindo auxílio de todos os tipos. Aprisionado ao papel de amizade e cooperação internacionalista e anti-imperialista, o Kremlin precisava se ver a braços com grupos políticos dos mais diversos.

Essa posição é diametralmente oposta à da maioria dos soviétólogos, que comungavam da política de contenção de Kennan. Segundo ele, os soviéticos respeitavam apenas a força. E a não ser que fossem confinados dentro de suas fronteiras e toda e qualquer tentativa de fugir a esse confinamento fosse duramente combatida, a revolução se espalharia como uma doença. A Revolução Chinesa e a incorporação não apenas da Manchúria à área de influência soviética, como previsto nos acordos do fim da Segunda Guerra, mas de toda a China seria a prova, como a atuação dos partidos e guerrilhas comunistas nas colônias europeias do Leste Asiático no final dos anos 40 prenunciavam sua queda em mãos comunistas (KENNAN, 1966, p. 325).

Brzezinski, que além de acadêmico foi assessor do presidente Carter e desempenhou algumas funções nas administrações Reagan e Bush, defendeu o mesmo combate acirrado à expansão comunista. Para ele, a détente era apenas um subterfúgio para a URSS continuar com seu engajamento no Terceiro Mundo, se servindo da paralisia americana. Exclusivamente um lado teria aderido realmente à política de relações diplomáticas mais pacíficas e menos intervencionistas. Com isso estaria ocorrendo a perda de aliados e de recursos para os soviéticos. Anos depois, em fins dos anos 80, observava que isto foi apenas uma fase. O fracasso socioeconômico do projeto estatista e de economia planejada nos países em desenvolvimento teria desmontado o atrativo da aproximação com a União Soviética.

4 O ENFRAQUECIMENTO DO MODELO SOVIÉTICO

Para ele, o fracasso da experiência já se demonstrava no clima de pouca concordância ideológica. As novas nações de fato buscavam prioritariamente um processo de modernização identitário, a reconstrução de suas culturas corroídas pelo imperialismo e pela ocidentalização. Nos anos 50 nenhum país do Terceiro Mundo adotou oficialmente o marxismo e o comunismo à imagem e semelhança de Moscou, mas construíram Estados socialistas em nações importantes. De maneiras diferentes, adotaram alguma forma de socialismo de Estado como norma, embora em todos os casos, insistindo que o estavam mesclando com suas próprias culturas nacionais específicas. A doutrina e a estrutura do partido marxista forneciam aos novos senhores do

¹ Para analistas americanos, essa divisão era uma forma de jogo duplo: de détente oficial como discurso diante do Ocidente e na prática de agitação revolucionária antiamericana no Terceiro Mundo (SHULTZ, 1988, p. 14), uma estratégia dissimulada de expansão (BRZEZINSKI; SULLIVAN, 1997, p. 98).

Terceiro Mundo o meio de chegar ao poder e o fortalecimento do poder político pessoal e a justificativa para exercê-lo: o desenvolvimento econômico como queima de fases. A moda intelectual foi apenas um reforço à conveniência política do socialismo. A desigualdade social e étnica era um caldeirão para a propagação da teoria marxista (BRZEZINSKI, 1990, p. 218-220). Hobsbawm tem uma visão contrária à de Brzezinski. Para ele, a formação política de partido único – que não foi restringida apenas aos regimes marxistas e de orientação marxista mas à governos que se mantiveram na órbita ocidental – não teve um significado de tirania totalitária e de atraso político, econômico e de dominação personalista. Nos cenários político, social e étnico altamente fragmentados, sem qualquer instituição sólida e chancelada pela tradição e persistência no tempo das novas nações, a ocorrência do partido único foi benéfica. Ajudou a consolidar as instituições, a diminuir os conflitos armados e, na medida em que o poder era exercido não apenas pelo líder mas também pelo partido de bases nacionais, a criar gradativamente as condições de familiarização com as estruturas democráticas (HOBBSAWM, 1995, p. 340). O poder do partido único parece ser um desenvolvimento se comparado com a ditadura puramente personalista de alguns líderes apoiados pelo Ocidente. Os governos de Agostinho Neto, José Eduardo dos Santos ou Amílcar Cabral, parecem confirmar isso se comparados aos de Mobutu Sese Seko ou Jean-Bédél Bokassa. Retornando a Brzezinski, há a afirmação de que, a partir dos anos 70, alguns países da África adotaram inclusive o marxismo como doutrina e como tarefa a construção do socialismo.

Todos eles, entretanto, elevavam o Estado como órgão central da mudança socioeconômica e organizavam o poder político ao redor de um único partido dominante e militarizado [...].

A realidade se demonstrou dura, entretanto, tanto para as esperanças socialistas nativas um tanto ingênuas, como para as expectativas soviéticas. Os níveis de ajuda econômica soviética eram inadequados para influenciar decisivamente o desenvolvimento econômico interno. A má administração local, a corrupção e os deslocamentos pela ruptura repentina de relações econômicas com os antigos poderes coloniais produziram na maioria desses países fracassos econômicos de ampla escala (BRZEZINSKI, 1990, p. 220).

Dos anos 50 ao começo dos 80 a busca pela soberania econômica não se espelhava na livre empresa mas na direção estatal da economia. Não nos negócios privados e bens de consumo mas na indústria pesada e geração de energia. Os camponeses que promoveram a independência e que sofreram lutando na guerrilha ou apoiando esperavam a partilha das terras pertencentes às multinacionais, aos chefes tribais, até mesmo dos colonos europeus. Ela teria que trocar de mãos. Da mesma forma, em alguns lugares, esperava-se que outras atividades passassem das mãos de imigrantes para a dos nativos africanos. Um bom exemplo é o setor comercial e a expulsão de lojistas chineses e indianos na Uganda de Idi Amin Dada, ou as crises provocadas com os grupos de comerciantes que levaram o Alto Volta a se tornar o Burkina Faso de orientação socialista. O sistema de *plantation* e o capitalismo eram facilmente associados ao quadro de miséria crônica reinante nesses países e ao passado imperialista que tanto desejavam superar. A agricultura camponesa ou a fórmula cooperativa e de fazendas estatais pareciam ser a solução mais lógica. Assim as fazendas de café em Angola foram estatizadas. As minas e o setor extrativista no Congo também. A nacionalização de empresas e negócios de todos os tipos prosseguiu nas nações que adotaram a orientação socialista. Hobsbawm comenta os enormes esforços para lançar as bases da industrialização em países como Gana e a crise em que se viram quando o valor pago pelas commodities despencou, inviabilizando tais projetos (HOBBSAWM, 1995, p. 343). Outro fator importante para o fracasso do modelo econômico soviético na África, silenciado por Brzezinski, é que a ruptura com as antigas metrópoles não foi tão radical assim. Alguns países optaram pelo corte total de relações

com o Ocidente e a vinculação ao campo socialista, mas a maioria foi alvo do embargo ocidental assim que se inclinaram à orientação socialista. A ruptura radical não partiu das nações africanas, mas do método de pressão das antigas metrópoles para evitar o fortalecimento do campo soviético e seu conseqüente enfraquecimento diplomático relativo. Uma economia planificada em sociedades com uma cultura letrada muito inferior mesmo a da Rússia czarista era também uma fórmula para o fracasso, mesmo que a alfabetização mínima avançasse rapidamente, como na Etiópia de Mengistu.

O exemplo de sucesso não era mais a URSS. Segundo Brzezinski, o Terceiro Mundo se distanciava do socialismo, pois a fórmula cabal de desenvolvimento não estava na Etiópia ou em Angola, mas nos Tigres Asiáticos capitalistas. As conseqüências para os países de orientação socialista foram sérias.

Na África, as ilhas remanescentes de compromisso socialista estavam ou se estagnando ou procurando desembaraçar-se de seu compromisso socialista. A tendência para a privatização ganhava impulso em quase todos os países africanos que outrora haviam embarcado na estrada sovieticamente orientada em direção ao socialismo de Estado. Após um quarto de século de independência, muitos países “socialistas” no mundo em desenvolvimento estavam mais pobres em termos de produto nacional bruto *per capita* do que haviam estado no passado [...].

O recuo na África das noções de desenvolvimento influenciadas pelos soviéticos ocorreu em uma ampla frente [...]. O perigo crescente era de que alguns dos Estados africanos, queimados por sua experimentação com a economia do estilo soviético, estavam agora mais do que inclinados a encontrar uma rápida salvação no método oposto (BRZEZINSKI, 1990, p. 222-223).

Antes mesmo da crise do modelo econômico, uma outra crise minava lentamente a união ideológica entre a URSS e os países de orientação socialista, sepultando a nova onda de revolução mundial (HOBSBAWM, 1995, p. 435). A expansão das alianças soviéticas com povos de etnias, religiões e culturas distintas e muitas vezes inimigas seculares (DONALDSON, 1981, p. 163) e a ânsia destes por nacionalizar o marxismo e a experiência socialista provocaram desdobramentos imprevistos e caóticos. Os ideais de africanidade ou de pan-arabismo se sobrepujam as alianças entre as superpotências. Esse foi o caso da ajuda econômica de Kadafi à Bokassa se proclamar imperador da República Centro-Africana, então Império Centro-Africano. A fluidez dos regimes africanos demonstra-se na orientação marxista. A Argélia a abandonou ainda em 1976, aderindo a claramente titoísta autogestão.

Ao contrário da retórica reaganista dos anos 80, que previa que uma área caída em órbita soviética era uma área permanentemente perdida para o campo das democracias ocidentais, a lista dos regimes pró-soviéticos conheceu alterações também no sentido do recuo de território, tão cedo quanto a crise Tito-Stalin no continente europeu, nos anos 40 e 50. No continente africano, o caso mais marcante de reviravolta no jogo de alianças políticas ocorreu com o Egito após a Guerra do Yon Kippur. O partido Baath de Nasser era defensor do nacionalismo árabe, não sendo de forma alguma marxista. Porém, na medida em que era modernizante e laico, pode se associar aos soviéticos². As relações entre Nasser e a URSS sempre foram conturbadas. Milhares de assessores militares e técnicos soviéticos foram expulsos do Egito como forma de pressão por mais concessões. Foi com a ajuda soviética que Nasser tentou controlar o Canal de Suez em 1956. Para os soviéticos esse evento foi duplamente favorável. Consolidou sua aliança com o Egito – que se não era uma potência, era geoestrategicamente importante – e desmoralizou as

² A relação do partido Baath com a URSS foi tão duradoura que uma das últimas bases militares russas fora de seu território fica no litoral da Síria. Unida fugazmente ao Egito com o projeto da República Unida Árabe, a Síria passou a ser controlada pelo mesmo partido, que ainda controlou o poder no Iraque de Saddam Hussein e na Líbia.

forças de intervenção anglo-francesas. Foi com material bélico soviético que Nasser resistiu aos israelenses na Guerra dos Seis Dias, e se o Egito perdeu o Sinai, Nasser ganhou visibilidade e simpatia, o que reforçou seu poder interno. Seu sucessor, Sadat, recebeu pesado apoio militar soviético para a Guerra do Yon Kippur. Mas assim que seus generais foram envolvidos por uma manobra de pinça israelense, que ameaçava transpor Suez e atingir o Cairo, e recebeu propostas de aliança formuladas pelo secretário americano Kissinger, trocou as boas relações com a URSS pelos acordos de Camp David e generosos recursos financeiros provindos dos EUA. O premiê soviético Brejnev conheceu um amargo revés. Havia perdido sua mais importante posição na África após ameaçar intervir na guerra ao lado do Egito e da Síria.

A crise no Chifre da África foi mais uma prova de que a dissolução do monólito ideológico foi provocada, além da crítica feita a Stalin pelo premiê Krushev, pela própria expansão do campo socialista³. A presença da Somália e do Sudão na esfera de influência soviética passou a vacilar a partir do momento em que a rival Etiópia tornou-se socialista (DONALSON, 1981, p. 99). A Guerra de Ogaden, no Chifre da África, que obrigou a URSS a se colocar do lado etíope, levou a Somália a romper o Tratado de Amizade com a União Soviética e a expulsar todos os seus assessores em 1977 (WILES, 1982, p. 289). A União Soviética havia armado pesadamente o pequeno exército somali pró-soviético contra a pró-ocidental Etiópia, e agora que esta passava a sua área de influência, via dois de seus aliados se digladiarem com armas soviéticas. O desconhecimento por parte do Kremlin das vicissitudes da região e a falta de um plano estratégico facilitaram a eclosão do conflito, potencializado ainda mais com o apoio americano à Somália após esta ter suas forças armadas arrasadas – o que permitiu uma segunda rodada nesta devastadora guerra, mais de 10 anos depois, em 1988. Países fronteiriços e que procuravam ter uma postura contrária a seus rivais de longa data, ou com culturas singulares, tendiam a fazer leituras próprias do marxismo-leninismo, por mais ortodoxos que planejassem ser. Assim, por exemplo, o regime somali tentou conciliar Marx e o Islã. As pressões nacionalistas tiveram escape pela própria ideologia do regime. E os elementos marxistas foram cedendo diante dos nacionalistas.

Esses acontecimentos fizeram com que Brzezinski considerasse que a URSS não tratava e nem poderia tratar de se expandir ao máximo, mas sim de elaborar uma nova política para a expansão e conservação de sua esfera de influência:

O fracasso do comunismo na África causou um impacto inevitável na política soviética. A política de Moscou tornou-se passo a passo mais seletiva e geoestratégica, menos motivada doutrinariamente e menos enfocada na assistência econômica [...].

A tendência soviética à seletividade geopolítica continuou e acelerou-se durante a década de 1980. A preocupação soviética com reformas domésticas coincidiu com o pessimismo histórico soviético crescente em relação às perspectivas de curto prazo para o comunismo mundial. Como resultado, em meados da década de 1980, os especialistas soviéticos na África encorajavam seus clientes a resolver seus próprios problemas econômicos integrando-se com mercados mundiais e atraindo o investimento estrangeiro, sinalizando claramente com isso que o Kremlin não estava disposto a segurar suas contas de desenvolvimento. O encontro da África com o comunismo alimentou assim a desilusão mútua (BRZEZINSKI, 1990, 222-223).

Os soviéticos teriam deixado de lado a política de expansão para todo o continente para se fixar e destinar seus recursos a pontos chave da geoestratégia do continente, como Angola e Etiópia. A tese de seletividade geoestratégica possui algumas falhas. A

³ Não deixam de ser proféticas as palavras de Kennan: “O homem que só tem inimigos não sabe o que são complicações; para isso, é preciso ter amigos; e esses o governo soviético, - Deus seja louvado! - agora tem” (KENNAN, 1966, p. 335).

troca de posições no cenário dualista da Guerra Fria pode ser explicada também pela frágil fidelidade dos aliados do Terceiro Mundo às suas respectivas superpotências (BERTONHA, 2009, p. 96). Brzezinski não deseja lembrar que a absorção das colônias portuguesas da África pelo campo soviético ocorreu imediatamente após a consolidação dos acordos entre EUA-Egito-Israel. O que ele considerava uma tentativa de conquista continental não possuía qualquer intenção real. Foi o revide soviético sobre a conquista efetuada pelos americanos de um de seus antigos e importantes aliados do Terceiro Mundo. O Egito representava mais do que isso. Era uma posição geoestratégica fundamental para a URSS, cuja perda foi contrabalanceada por posições na África Austral e no Chifre da África.

5 A ÁFRICA E OS INTERESSES GEOPOLÍTICOS SOVIÉTICOS

Desde os tempos dos czares a Rússia vinha se expandindo em direção aos oceanos livres do gelo ou de mares que poderiam ser facilmente bloqueados pelas forças inimigas. A posição geográfica da Rússia e da URSS era precária e semelhante à dos Estados Unidos. Com territórios continentais e a passagem noroeste e nordeste impossíveis pelo frio ártico, o transporte marítimo desde o extremo oeste até o extremo leste era um desafio logístico. Quem saísse de Nova York teria que cruzar a Patagônia para chegar a San Francisco. Quem partisse de Vladivostok teria que passar pela África do Sul até chegar a Leningrado, Sebastopol ou Murmansk. Os americanos contornaram o problema com a posse do Canal do Panamá. Os russos não tiveram a mesma sorte. Na Guerra Russo-Japonesa, por não contar com Suez, os russos dobraram o Cabo da Boa Esperança, chegaram ao Mar da China após um enorme sacrifício logístico (KEEGAN, 2006, p. 98), apenas para ver sua frota arrasada. Ter influência sobre Suez era fundamental. Mas sua passagem norte, no Egito, foi perdida com o revés de Sadat. Entretanto esse canal possui um prolongamento natural ao sul: o Mar Vermelho e o estreito de Bab-el-Mandeb. Apenas através deles se poderia chegar a Suez, e de lá ao Mar Negro ou ao Báltico. O Chifre da África, uma península formada pela Etiópia e pela Somália que avança em direção ao Oceano Índico e a Península Arábica fechando o acesso ao Mar Vermelho, era uma chave para Suez. Na segunda metade da década de 70 a URSS se viu com aliados de ambos os lados: na África, Etiópia e Somália. Na Península Arábica, o Iêmen do Sul. A Etiópia oferecia um recurso extra para uma possível pressão soviética em Suez: uma vez que as nascentes dos mais importantes afluentes do Nilo se encontram em seu território, um Egito recalcitrante poderia ter sua fonte de água interrompida.

Se mesmo assim Suez permanecesse fechado, postos de abastecimento ao longo da África Meridional eram vitais. Os regimes socialistas de Angola, Moçambique e Cabo Verde ofereceram as bases navais necessárias (DONALDSON, 1981, p. 98). Angola e Moçambique porque estavam sofrendo incursões das tropas sul-africanas, do Zaire e de mercenários. Cabo Verde, muito ligado à Guiné Bissau, cedeu uma base aérea para os cubanos estenderem sua logística até suas tropas estacionadas em Angola. A partir de Moçambique, Socotra (Iêmen do Sul) e do Vietnã a URSS pôde montar e abastecer uma esquadra no Índico, a 8ª Esquadra Operacional, Esquadra Soviética do Oceano Índico ou SOVINDRON, projetando seu poder através da região (GOODMAN, 1991, p. 127).

A presença soviética no sul do continente poderia se estender ainda mais. A antiga África de Sudoeste Alemã, incorporada ao Império Britânico após a Primeira Guerra, estava sob ocupação das forças sul-africanas e do regime do Apartheid. Angola e Cuba, tomando a bandeira da libertação e descolonização, e já em guerra com a UNITA e a África do Sul no sul do território angolano, declararam seu apoio à SWAPO, a guerrilha

anticolonialista e anti-apartheid. A África do Sul se viu dividida em três frentes diferentes: Angola, Namíbia e Moçambique. Quatro frentes se for considerada a frente interna. Havia o medo generalizado de que partidos de orientação marxista, como o Congresso Nacional Africano, de Mandela, conseguisse formar um movimento guerrilheiro (GOODMAN, 1991, p. 115). Ou desse continuidade à agitação popular que culminou no massacre de Soweto. O Ocidente via a África do Sul do regime do Apartheid como uma fortaleza e uma lança diante do avanço do comunismo.

Os interesses geoestratégicos soviéticos no continente também se dirigiram para as riquezas minerais e as atividades extrativistas e agrícolas. A busca por parceiros comerciais era tão antiga quanto o estabelecimento da NEP e muitas vezes enfrentava a resistência e o embargo ocidentais. A carência de matérias-primas raras em seu território foi erradicada com o estabelecimento dos regimes associados mundo afora. Etiópia, Angola e Moçambique eram Estados observadores do COMECON, o mercado comum socialista. Tendo uma vez suas necessidades supridas, nada impedia os soviéticos de tentarem barrar o acesso ocidental aos mesmos minerais raros. Esse foi o caso da luta em torno da columbita-tantalita, ou coltan, mineral indispensável à fabricação de aparelhos eletrônicos modernos. A posse desse recurso na era da alta tecnologia era indispensável às superpotências. Uma vez de posse do Congo, a outra grande jazida do mineral, que se encontrava no vizinho Congo/Zaire/República Democrática do Congo, entrou em disputa. A presença de Che Guevara alarmou as autoridades americanas. Se alguém tão importante como o Che estava na República Democrática do Congo treinando a guerrilha, era porque este movimento seria apoiado até que pudesse tomar o poder. O espírito romântico nem sempre é percebido pelos analistas. A guerrilha era demasiado fraca e Mobutu acabou por se assenhorar do Zaire.

6 A ÁFRICA É EXCLUÍDA DAS PREOCUPAÇÕES SOVIÉTICAS

A tese da seletividade geopolítica não deixa de ser convincente ao menos em parte em sua definição para os anos de Gorbachev. Brzezinski vê o fenômeno se desenrolando desde o início dos anos 80. Porém é mais acertado em seus anos finais. O Ocidente presenciou o progressivo desengajamento soviético de todos os conflitos regionais e um afastamento de seus antigos aliados. Este não ocorreu simultaneamente. Alguns dos conflitos, como a Guerra Civil Angolana, duraram mais tempo, até que se abrissem as negociações, do que o próprio anúncio da retirada total do Afeganistão. Aparentemente o Kremlin de fato desejava manter a todo custo alguns aliados mais fortes ou mais importantes geopoliticamente do que outros, tão problemáticos quanto, porém desinteressantes. Fatores financeiros também pareciam pesar na balança da escolha de Moscou entre quais aliados continuar mantendo.

Quanto ao Terceiro Mundo, pretendia-se estabilizar as revoluções que já haviam chegado ao poder, através de uma nova fixação das fronteiras de esferas de poder com os EUA, e de desencorajar abertamente Cuba, como forma de manter sob controle o número de aliados e obter a confiança do governo americano. O que não significava bater em retirada total. O conflito regional africano com as negociações mais destacadas foi o da Guerra Civil Angolana. Esses conflitos entraram na agenda de Gorbachev após serem usados por Reagan como uma prova de que havia um plano soviético para “orquestrar uma série de revoluções socialistas” – e de tomar a iniciativa nos ataques de propaganda após Gorbachev tocar no assunto explosivo da dívida externa dos países pobres para com os países ricos. Gorbachev inicialmente buscou a manutenção dos territórios governados por aliados, mas em seguida passou a pressionar para que estes fizessem concessões. No caso de Angola, o governo Reagan deslegitimou o poder do MPLA, marxista, para reconhecer ao líder da UNITA, Jonas Savimbi, como o legítimo chefe de

Estado. Aos guerrilheiros de Savimbi também foram entregues mísseis portáteis terra-ar Stinger para contrabalançar a força aérea angolana composta por migs. Para as superpotências, forçar os aliados a uma política de concessão significava sacrificar os direitos de um governo autêntico em troca de benefícios para usurpadores e bandidos. As negociações foram marcadas pelo impasse de dois anos (1987-1988) na frente de Cuito Cuanavale, no sul de Angola. As tropas cubanas e angolanas não puderam transpor a região em direção à fronteira sul-africana, e tampouco a UNITA e os sul-africanos conseguiram desaloja-los de Cuito Cuanavale na contraofensiva. Esse impasse parecia remeter à Pork Chop Hill, em que as superpotências procuravam obter alguma vantagem que pudesse fazer diferença nas negociações.

Por fim decidiu-se que a URSS chamaria de volta seus assessores, interromperia o fluxo de ajuda militar para Angola, as forças cubanas deixariam o país, os EUA não financiariam ou forneceria material bélico, nem seria permitido ao seu aliado meridional, a África do Sul, que fornecessem suporte aos insurgentes. Esse quadro permitia uma certa estabilização no quadro do país (FLERON; HOFFMANN; LAIRD, 1991, p. 683), sendo possível, segundo os reformistas, que o regime do MPLA conseguisse sobreviver sozinho, já que possuía um exército bem equipado e com algum treinamento, e o controle de boa parte do país. Em Moçambique significaria o fim do apoio ocidental aos grupos que partiam das matas para cometer chacinas nas cidades – uma negação do que havia sido a tática de guerrilha rural disseminada após a sua vitória em Cuba (HOBSBAWM, 2007, p. 445), e que, durante alguns anos, de fato se mostrou mais adaptada à realidade do início dos anos 90 do que o foquismo, que parece ter se tornado a tática de combate de Reagan, invertendo os papéis das superpotências ao promover vários vietnãs soviéticos. Angola e Moçambique foram países que conseguiram fazer a transição negociada para o multipartidarismo ao mesmo tempo que ocorria o continuísmo político. Outros regimes aliados, como o de Mengistu, acabaram derrubados.

O abandono dos antigos aliados não aconteceu de uma forma rápida e metódica. Ainda entre 1986 e 1987, Gorbachev partiu em apoio à Kadaffi. O bombardeio ordenado por Reagan contra as cidades de Trípoli e Bengazi como represália ao regime de Kadaffi foi visto como uma agressão internacional. Gorbachev questionou como os demais países reagiriam se, para atacar uma outra nação soberana, a URSS atravessasse o espaço aéreo europeu (GORBACHEV, 1986a; 1988, 244-245). Ainda em 1987 fez o anúncio de que a URSS (que o Ocidente procurava de alguma forma vincular às ações terroristas como as de Carlos o Chacal, da Fração do Exército Vermelho ou mesmo a governos tidos como patrocinadores de atentados, como a Líbia de Kadaffi) havia se unido ao “fronte comum contra o terrorismo internacional” (GORBACHEV, 1988, 203).

Em fins de 1987, Gorbachev via um Terceiro Mundo que acabaria mais cedo ou mais tarde assumindo voz própria. Mas não deixa de vislumbrar a associação entre países ricos e a URSS para atuarem economicamente nas nações pobres. Os países em desenvolvimento deveriam abandonar sua política isolacionista do Grupo dos Não Alinhados por uma relação mais justa e entre iguais, nas novas relações norte-sul (GORBACHEV, 1988, 240; 163). Essa nova ordem mundial, baseada na simetria das relações internacionais, repeliria a ameaça da revolução (GORBACHEV, 1988, 202). O resultado real de sua política foi a quebra da balança comercial soviética, já em situação dramática. As exportações para os países aliados, como a Líbia, desabaram. Especialmente aço e armas (GOODMAN, 1991, 22), o que demonstrava a tentativa de abandono de áreas de influência envolvidas em problemas internacionais. Contraditoriamente, define as relações econômicas entre o Terceiro Mundo e os países desenvolvidos como prejudiciais aos primeiros, como uma forma de extração de renda, remetida para o centro do capitalismo, e uma fonte de instabilidade política. Os juros da dívida e as pressões do capitalismo sobre a sociedade destes países estariam inflando uma bolha de revolta incontrolável (e indesejável).

A “mão de Moscou”, a força promotora das ondas de revolução social nos países pobres não residiria no Kremlin, mas sim nos centros financeiros das metrópoles do capitalismo (GORBACHEV, 1986a, 29). Para ressaltar o não envolvimento da URSS no que até então era chamada de luta anticolonial e anti-imperialista, Gorbachev disse não ter interesse em atrapalhar as “relações de interesse mútuo historicamente estabelecidas” entre os países ricos e suas áreas de influência reconhecidas pela URSS. Como também, que a revolução havia se tornado anacrônica e perturbadora da paz mundial num quadro de dissuasão nuclear entre as superpotências.

As razões para essa total inflexão da diplomacia e da presença soviéticas na África, e no Terceiro Mundo como um todo, variam muito. Segundo a teoria de Paul Kennedy, formulada numa tendência geral para a ascensão e queda das principais potências de cada época, a URSS teria estendido demais sua influência e segurança geoestratégica. Num primeiro momento, essa expansão estimula a competitividade e produtividade econômica, mas os crescentes gastos militares para defender interesses geopolíticos em diferentes pontos do globo acabam por provocar uma crescente erosão dessas mesmas capacidades econômicas que permitem o bom desempenho militar e o estabelecimento de áreas de influência, pela drenagem de recursos para a manutenção da máquina bélica. A lista de Estados clientes e de compromissos de assistência econômica e militar soviética teriam provocado, portanto, o declínio econômico da União Soviética e a conseqüente incapacidade crescente de manter os investimentos militares ao mesmo nível. Segrillo aponta para algumas incoerências nela tese. Ele demonstra como o investimento militar na URSS sempre foi alto e foi em diversas épocas concomitante com expressivos índices de crescimento econômico. Ou o caso dos gastos militares em relação ao PIB de Israel, Estado que combina extensos períodos de direcionamento dos recursos para o setor militar e ao mesmo tempo um contínuo e sólido crescimento econômico (SEGRILLO, 2000, p. 125-131). Se o império soviético expunha o espinhoso problema de um poder militar em ascensão sustentado por uma economia em declínio, como Bialer aponta (BIALER, 1986), oferecia também algumas soluções para o mesmo problema. Seus satélites do Leste Europeu, geralmente vistos como um peso para o poder soviético, na realidade prestavam até mesmo alguma ajuda financeira e humanitária para o Terceiro Mundo socialista (WILES, 1982, p. 78; 111; 155).

Talvez não se devesse procurar explicações para o recuo soviético em ações e planos concisos formulados pelo corpo diplomático do Kremlin, como faz Brzezinski. Este havia sido em boa parte renovado ou expurgado. Processo complementado com a escolha de um total ignorante em diplomacia internacional, o interiorano primeiro-secretário da Geórgia, Shevardnadze. Que jamais havia viajado ao estrangeiro antes de assumir a pasta do Ministério dos Assuntos Exteriores, em 1985. Causas ideológicas, como uma “Síndrome do Afeganistão” (POCH-DE-FELIU, 2003, p. 104), ou o impulso de ocidentalização, podem ser tão ou mais importantes. Para os reformistas de Gorbachev, a União Soviética deveria se reorientar. Ela não deveria encontrar seu lugar entre as nações orientais ou do Terceiro Mundo, mas em seus congêneres ricos e desenvolvidos, com o Ocidente capitalista, com o qual deveria procurar uma aproximação e convergência política, econômica e social (LEVESQUE, 1997, p. 37-40).

A entrada definitiva no concerto das nações ocorreria com o apoio formal às ações da coalizão na Guerra do Golfo, no início de 1990. A auto exclusão da comunidade dos países civilizados teria chegado ao fim com a promessa da liderança de sempre se unir a este grupo quando uma nação fosse agredida. Significava a troca do campo da barbárie pelo do respeito a lei internacional, como a adesão à versão ocidental de que o país havia apoiado ditaduras e facinoras (YAKOVLEV, 1991, p. 95). Essa visão do papel internacional do país iniciou-se em fevereiro de 1986, no 25º Congresso dos Sindicatos soviéticos, quando Gorbachev disse que “nos anos 70 e 80 a URSS teve uma má imagem no Ocidente, e que a política dos países do Oeste foi negativa nas relações com Moscou,

isto era motivado, acima de tudo, pela má gestão do país naquele período” (MLYNAR, 1987, p. 146). Referia-se ao apoio aos movimentos de descolonização e regimes malquistos no Ocidente.

O que antes era visto como propaganda ou guerra de nervos passou a ser considerada como sinceras preocupações inerentes a conduta internacional soviética irresponsável. O primeiro sinal concreto dessa mudança foi a reestruturação da diplomacia internacional do país. No Ocidente dizia-se que a diplomacia soviética possuía dois braços: o que preconizava a coexistência pacífica com o Ministério do Exterior e o braço que conduzia os partidos comunistas dispersos pelo mundo e promovia a guerra ideológica, do Departamento Internacional. Seriam uma fonte de contradição e desconfiança. Com a nomeação de Shevardnadze e Dobrynin, um reformista leigo em assuntos internacionais e um experiente e bem visto (pelo Ocidente) embaixador nos EUA, ambos os organismos convergiam, abandonou-se o tratamento ideológico das questões internacionais e a aliança partidária internacional por relações diplomáticas formais e “profissionais”. O que foi interpretado como um gesto de sincera boa vontade. Era o anúncio soviético de que parara de “fazer política com duas caras” (GORBACHEV, 1988, p. 185).

7 CONCLUSÃO

No caso das nações constituídas e de regimes com reconhecimento externo, a presença militar soviética foi muito maior do que apenas o fornecimento de armas. Assessores militares soviéticos e dos satélites do Leste Europeu, especialmente da Alemanha Oriental, cuidavam do treinamento e formação dos novos exércitos nacionais, além de prestar auxílio na condução de campanhas militares. Aviões soviéticos faziam parte ou mesmo constituíam o apoio logístico. Se o material fornecido aos movimentos insurgentes era mais simples, os governos constituídos receberam tanques como o T-55 e T-62, e caças como o MIG-21 ou MIG-23. Entretanto, governos e revolucionários utilizavam rifles de assalto da família Kalashnikov e lança-granadas RPG-7 e é essa a imagem que o Ocidente possuía da infiltração soviética.

Ao mesmo tempo, se a presença soviética ou a sua crença por parte do Ocidente não se tivesse feito sentir, provavelmente os conflitos regionais teriam sido menos cruentos, uma vez que os grupos conflitantes não teriam recebido tantos recursos de superpotências rivais em busca de influência. Mas também não teriam deixado de existir e de receberem apoio externo. Se não fossem potencializados por regimes social e politicamente antagônicos, teriam sido nações de mesmo regime mas com interesses econômicos e geopolíticos diferentes, ou então multinacionais.

A União Soviética não poderia prever que seus novos aliados seriam tomados de um forte zelo revolucionário e que desejariam exportar a revolução por si mesmos, sem consultar os soviéticos. Às vezes, sob nova roupagem, como o nacionalismo, como foi o caso de Ben Bella e seu apoio à independência africana, dentro dos preceitos do pan-africanismo.

Por décadas o modelo soviético oferecia foi interessante às necessidades dos países recém-constituídos na África, mas por diversas razões, o modelo estatista das diversas nações socialistas começou a perder ímpeto e resultados positivos palpáveis. O monólito ideológico, que nunca existiu para além da formalidade, veio a rachar também, das mais diferentes formas, drenado pelas preocupações identitárias.

As preocupações geopolíticas soviéticas, de escapar ao cordão de isolamento amarrado em torno de si pelas potências capitalistas, a partir de meados de 1985, passaram a ser paulatinamente substituídas por objetivos de uma aproximação e adesão ao campo das potências ocidentais a ponto de ambas convergirem no apoio ao ataque ao

Iraque no início de 1991, e na condenação aos antigos aliados soviéticos, agora classificados como ditadores fora da legalidade internacional e do mundo civilizado.

REFERÊNCIAS

BERTONHA, João Fábio. **Rússia: ascensão e queda de um Império**. Curitiba: Juruá, 2009.

BIALER, Seweryn. **The Soviet paradox: external expansion, internal decline**. Londres: I.B.Tauris, 1986.

BIALER, Seweryn; MANDELBAUM, Michael. **The global rivals**. Londres: I.B.Tauris, 1989.

BROWN, Archie. **The Gorbachev Factor**. New York: Oxford University Press, 1996.

BRZEZINSKI, Zbigniew K.; SULLIVAN, Paige. **Russia and the Commonwealth of Independent States: documents, data, and analysis**. Nova Iorque: M.E. Sharpe/Center for Strategic and International Studies, 1997.

DONALDSON, Robert H. (org). **The Soviet Union in the Third World: successes and failures**. Boulder: Taylor & Francis, 1981.

FLERON, Frederic J.; HOFFMANN, Erik P.; LAIRD; Robbin Frederick. (org). **Soviet foreign policy: classic and contemporary issues**. New Brunswick: Transaction Publishers, 1991.

GAIDAR, Egor. **Collapse of an empire**. Washington: Brookings Institution Press, 2007.

GOODMAN, Melvin. **Gorbachev's retreat**. Nova York: Praeger Publishers, 1991.

GORBACHEV, Mikhail. **A proposta**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1988c.

_____. **A URSS rumo ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1986a.

_____. **Perestroika: novas ideias para o meu país e o mundo**. Tradução J. Alexandre. São Paulo: editora Best Seller, 1988.

_____. **Tempo para a paz**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986b.

HALLIDAY, Fred. **The Making of the Second Cold War**. Verso Editions: Londres, 1983.

HOBSBAMW, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX**. Tradução Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

KENNAN, George F. **A Rússia e o Ocidente**. São Paulo: Forense, 1966.

LAIRD, Robbin Frederick; HOFFMANN, Erik P. (org). **Soviet foreign policy in a changing world**. Hawthorne: Transaction Publishers, 1986.

LÉVESQUE, Jacques. **The enigma of 1989**: the USSR and the liberation of Eastern Europe. Berkeley: University of California Press, 1997.

LEVITE, Ariel; JENTLESON, Bruce W.; BERMAN, Larry. (org). **Foreign military intervention**: the dynamics of protracted conflict. Nova Iorque: Columbia University Press, 1992.

MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo**: relações internacionais 1945-2000. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

MLYNAR, Zdenek (org). **O projeto Gorbachev**. São Paulo: Mandacaru, 1987.

NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Editora Gente Liv. e Edit. Ltd, 2009.

SEGRILLO, Ângelo. **O declínio da URSS**: um estudo das causas. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SHULTZ, Richard H. **The Soviet Union and revolutionary warfare**: principles, practices, and regional comparisons. Stanford: Hoover Press, 1988.

VOLKOGONOV, Dmitri. **Os sete chefes do Império Soviético**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

WILES, Peter John de la Fosse. (org). **The New Communist Third World**: an essay in political economy. Londres: Taylor & Francis, 1982.

ZEMTSOV, Ilya; FARRAR, John. **Gorbachev**: The Man and the System. Piscataway: Transaction Publishers, 2007.